



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

**REQUERIMENTO Nº        DE 2012**  
**(Do Sr. Edmar Arruda)**

*Requer a realização de Seminário no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle desta Casa, para debater a eficácia das políticas públicas voltadas para o estímulo ao consumo e suas possíveis consequências para a economia do País.*

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro, ouvido o plenário dessa comissão, a realização de Seminário para debater a eficácia das políticas públicas voltadas para o estímulo ao consumo e suas possíveis consequências para a economia do País. Outrossim, informo que, para o presente debate, poderão ser convidados, dentre outros, o sr. **Dalton Gardimam**, representante do Instituto Ludwig von Mises Brasil, o sr. **Paulo Rabello de Castro**, coordenador do Movimento Brasil Eficiente, o sr. **Rodrigo Constantino**, membro-fundador do Instituto Millenium e diretor do Instituto Liberal, o sr. **Luiz Fernando de Paula**, presidente da Associação Keynesiana Brasileira, o Exmo. sr. **Alexandre Tombini**, presidente do Banco Central do Brasil e do Exmo. sr. **Guido Mantega**, ministro de estado da Fazenda.

**JUSTIFICAÇÃO**

Incumbe aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) fiscalizar os recursos públicos empregados pelas entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, bem como a fiscalização de planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, nos termos do art. 32, XI, *a* e *c* do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 70 da Constituição Federal.

Assim, promover o debate sobre a eficácia das políticas públicas voltadas para o estímulo ao consumo e suas possíveis consequências para a economia do País é atividade



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

que possui pertinência temática com a finalidade regimental e constitucional da CFFC.

O debate que aqui se propõe é extremamente oportuno, haja vista que o Governo Federal vem adotado inúmeras medidas de estímulo ao consumo nos últimos anos, as quais se aprofundaram principalmente após o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, no segundo semestre de 2008.

Sob a justificativa de que tais medidas evitariam queda do crescimento econômico e a recessão, diversos programas e políticas públicas de estímulo foram colocados em moção no País, com resultados que têm passado ao largo da análise do Congresso Nacional. O uso do dinheiro público para a execução de inúmeras atividades que têm por objetivo “insuflar o consumo” a fim de se evitar uma “redução no crescimento” econômico brasileiro precisa ser submetido ao escrutínio dos representantes do povo, os quais são, em última instância, os provedores dos recursos até então empregados.

O governo lança mão de diversos métodos para relançar a economia do País, sendo que os mais comuns são a renúncia fiscal, a instituição de linhas especiais de crédito, rodadas de capitalização de bancos públicos e instituições financeiras diversas para o fomento de setores específicos, dentre outros. Não apenas isso, o Banco Central do Brasil tem atuado com bastante intensidade nesse arranjo executando operações financeiras e sua política monetária, as quais passam ao largo de qualquer crivo do Congresso Nacional.

Essa metodologia de atuação se alicerça naquilo que se passou a denominar de Escola Keynesiana de economia, em homenagem ao economista que teorizou tal formulação, o inglês John Maynard Keynes. Os ideais keynesianos servem de influência para a macroeconomia moderna da maior parte dos países do globo. Basicamente, segundo Keynes, uma política econômica de estado intervencionista, através da qual os governos usam medidas fiscais e monetárias seria suficiente e eficiente para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos - recessão, depressão e *booms*.

É possível identificar com precisão a influência do pensamento econômico keynesiano nas políticas públicas adotadas no Brasil. No entanto, vem dos Estados Unidos o exemplo mais singular dos efeitos de longo prazo que uma política econômica dessa natureza pode gerar. Críticos sugerem, com riqueza de detalhes e dados, que a bolha do *subprime*, no mercado hipotecário norte-americano, foi, em verdade, consequência das políticas de estímulo



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

ao consumo, patrocinadas pelo governo daquele país a partir do início dos anos 2000. As políticas públicas de estímulo à aquisição de imóveis, por meio de juros artificialmente depreciados e a garantia, com recursos públicos, contra quebras de instituições financeiras que concedessem créditos para a classe de baixa renda, poderiam ter gerado o colapso do sistema financeiro ao sinal dos primeiros calotes.

Não apenas isso, as operações financeiras exóticas que emergiram de tal mercado foram, segundo esses críticos, gestadas neste ambiente de crescimento artificial, patrocinado pelo governo e a autoridade monetária daquele país, o *Federal Reserve* - o Banco Central Norte-Americano. Tais veículos financeiros intensificaram os efeitos do estouro na bolha imobiliária, contaminando a economia de diversos países ao redor do globo, inclusive a nossa economia. Assim, as instituições financeiras, vilãs segundo o *mainstream* econômico, teriam apenas, segundo esses críticos, se adaptado ao ambiente de distorções criado pelo intervencionismo do estado, e não a causa original da crise, ao contrário do que se diz.

A crise que irrompeu em finais de 2008 possui desdobramentos até a presente data. Mesmo após centenas de bilhões de dólares terem sido injetados nas principais economias afetadas, e também nas menos afetadas, países europeus e mesmo os EUA patinam em seus crescimentos econômicos. Grécia, Portugal, Espanha e Itália são alguns dos exemplos mais evidentes de que o estado de bem estar social, profundamente instituído em alguns países do Velho Continente, apresenta forte sintoma de falência sistêmica. O intervencionismo propalado por Keynes, para os críticos mais arrojados, possui destino traçado, juntamente com o comunismo do leste europeu.

No entanto, no Congresso Nacional, pouco tem se debatido sobre o assunto. Ao contrário, as políticas de estímulo ao consumo estão à pleno vapor por aqui. Sem qualquer tipo de análise mais ponderada, o Congresso, ignorando as evidências do exterior, vem aprovando diversas medidas oriundas do Poder Executivo que visam reforçar o consumo sem qualidade, ou seja, sem poupança, lançando o país numa espiral de endividamento público e privado. Políticas de confrontação a bancos e instituições financeiras, para a redução de taxas de juros, estão simplesmente sendo levadas adiante sem que haja um debate mais aprofundado da razão pela qual nossos juros estão dentre os mais elevados do planeta. Aportes e capitalizações, via bancos públicos, para setores específicos da economia criam demandas semelhantes àsquelas encontradas nos Estados Unidos e outros países momentos antes do



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

irromper da crise. Não se debate qual é a razão da disparada de preço dos imóveis, nem a sustentabilidade das linhas de crédito para aquisição de veículos e outros bens de consumo.

Nesse imbróglio, a questão da política monetária, sob os auspícios do Banco Central, salta aos olhos. Isso porque, segundo essa corrente crítica, as expansões monetárias levadas à cabo por meio da redução da taxa de juros, no nosso caso a Selic, teriam o condão de manipular, no curto prazo, as decisões dos agentes econômicos, esses compreendidos como empresas e famílias, em torno da política centralizada de uma autarquia federal, que guarda direta relação com os desejos do Poder Executivo, no seu mister keynesiano de crescimento pelo consumo.

Essa expansão ou contração da base monetária da economia, desempenhada pela autoridade monetária brasileira, se dá via mercado secundário dos títulos da dívida pública federal, o que leva tais teóricos críticos a conceberem uma relação promíscua entre endividamento público, sob a batuta do Tesouro Nacional, e as políticas de compra e notas desse mesmo tesouro por parte das instituições financeiras habilitadas. É a demanda ou oferta artificiais por parte do Banco Central que injetaria mais ou menos dinheiro na economia, encarecendo ou barateando o custo da moeda, num exercício de tabelamento de preço similar àqueles realizados quotidianamente e em diversos setores da economia por parte do famigerado sistema comunista soviético.

As notícias veiculadas pela mídia nacional podem apontar para a confirmação da tese aqui apresentada, senão vejamos:

a) em 29 de fevereiro de 2012, o sítio *Economia&Negócios* do [estadão.com.br](http://estadão.com.br) trouxe notícia com a seguinte manchete: **Inadimplência maior eleva a taxa de juros**. Segundo a notícia, o percentual de prestações em atraso, no caso de pessoas físicas, cresceu pelo sétimo mês seguido e chegou a 7,6% das dívidas, maior nível em 25 meses;

b) em 12 de fevereiro de 2012, o mesmo sítio na internet veiculou notícia com a seguinte manchete: **Bancos só veem queda do calote no 2º semestre**. A notícia relata que, juntos, Itaú, Bradesco e Santander reservaram R\$ 57,3 bilhões para se proteger contra calotes, R\$ 8,7 bilhões a mais do que determinam as regras do Banco Central e 22% mais do que no encerramento de 2010;

c) também no mesmo sítio, em 27 de fevereiro de 2012, assim se noticiou:



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

**Inadimplência empresarial cresce 4,4% em janeiro.** Segundo a Serasa Experian, na comparação com janeiro de 2011, o Indicador de Inadimplência das Empresas apresentou alta de 26,7%;

d) a Folha Online noticiou, por sua vez, em 15 de fevereiro de 2012, que a **inadimplência de veículos atingira maior patamar desde 2009**. Segundo o sítio de notícias, a taxa de inadimplência de veículos, considerando atrasos acima de 90 dias, alcançou 5% da carteira de crédito para pessoa física em dezembro no país. Esse percentual é o **dobro** do registrado no mesmo mês de 2010 e o mais alto desde agosto de 2009;

e) o Estadão, novamente, em notícia do dia 29 de fevereiro de 2012, relatou que, **segundo a CNI, a confiança do consumidor caíra naquele mesmo mês**. Segundo o veículo, de acordo com o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), a confiança do consumidor diminuiu no mês de fevereiro de 2012. A pesquisa, realizada pela Confederação Nacional da Indústria mostrou que o índice alcançou 112,8 pontos naquele mês, ou seja, queda de 0,7% na comparação com janeiro, quando era de 113,6 pontos. *“O indicador que mede a expectativa de inflação subiu de 100,9 ponto, em janeiro; para 101,3 pontos, em fevereiro, representando maior preocupação do consumidor com o comportamento dos preços, aponta a confederação. A indicação que mede a expectativa de desemprego caiu 130,0 pontos, em janeiro, para 127,4 pontos, em fevereiro, o que significa maior temor com a perda de posto de trabalho, explica a confederação. O indicador que mede a expectativa de renda pessoal caiu de 115,4 ponto, em janeiro; para 141,1 pontos em fevereiro”*;

f) a manchete de 29 de fevereiro de 2012: **Confiança da Indústria sobre 0,2% em fevereiro**, também do Estadão Online, mostrou que, apesar da alta, o índice **encerrou o sétimo mês consecutivo abaixo de sua média histórica desde 2003**. *A tímida melhora na confiança do empresário foi influenciada por melhoria na percepção sobre a situação presente e ligeira piora das expectativas em relação aos meses seguintes [...] As expectativas dos empresários industriais para os meses seguintes tornaram-se menos otimistas em relação à produção. Das 1.142 empresas consultadas, o percentual de empresas entrevistadas que planejam reduzir a produção no trimestre fevereiro-abril deste ano subiu de 5,7% em janeiro para 12,6% em fevereiro*;



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

g) Estadão Online, em 29 de fevereiro de 2012: **Abimaq: projeção de faturamento cai para 5% em 2012** - *As perspectivas da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para o desempenho do faturamento em 2012 foram revistas e reduzidas em relação ao projetado no final do ano passado. Antes, era previsto um crescimento do faturamento de 7% a 8%, que caiu para 5%, segundo o presidente da entidade, Luiz Aubert Neto. A redução se deve a dados como o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) de janeiro, que foi de 75,8%, o pior desempenho desde 1990, quando, segundo a Abimaq, a média do ano ficou em 67,8%. [...] O fraco desempenho do setor, segundo Aubert Neto, se reflete no número de empregos da indústria de máquinas e equipamentos. Apesar do ano passado ter mostrado um crescimento de 3,6% do número de vagas, em comparação a 2010, desde outubro de 2011 o setor verificou uma perda de 2.322 postos de trabalho. 'Perdemos quase 3 mil empregos em relação a outubro, que foi o pico do ano, e não tenho dúvidas de que a tendência é de mais demissões, disse'.*

Foi por essas e outras razões que em 07 de dezembro de 2011 apresentei o Requerimento de Informação nº 1527/11, ao presidente do Banco Central, solicitando àquela autoridade monetária para que prestasse informações referentes aos procedimentos relativos à condução da política monetária no País. Em minha justificativa, ressaltai o fato de que, em julho de 1994, a dívida total do governo federal era de R\$ 68,4 bilhões de reais. Em abril de 2011 o valor da dívida já estava em R\$ 2,3 trilhões, ou seja, em 17 anos, o endividamento total do governo federal teria aumentado 34 vezes.

No requerimento fiz um paralelo entre esse endividamento do estado brasileiro no período com o aumento da base monetária (todo o dinheiro criado diretamente pelo Banco Central) de R\$ 6,4 bilhões em julho de 1994 para R\$ 179,9 bilhões em abril de 2011, ou seja, quase 28 vezes. Refleti sobre o fato de que a criação dessa massa monetária nova (dinheiro) teria sido o fator responsável por tamanho endividamento do Tesouro Nacional. Tal cenário sugeriria indícios de que o sistema de reservas fracionárias e emissão de moeda escritural, via compulsórios, por parte do Banco Central, seriam fatores decisivos para o surgimento de bolhas na economia e nos surtos inflacionários, que solapam o valor da moeda, distorcem o padrão de preços do mercado e contribuem para a desigualdade social extrema, verificada em nosso país. Afirmar que tal fenômeno impediria uma adequada alocação de recursos por parte dos agentes de mercado, porquanto distorceria os preços, desencadeando, assim, o fenômeno



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

dos ciclos econômicos, concebido pela Escola Austríaca de Economia, cujos adeptos e teóricos foram os únicos capazes de prever e identificar a bolha imobiliária nos EUA.

Toda essa discussão tem permeado os principais foros de debates de economia no mundo todo. Nos Estados Unidos, por exemplo, diversos congressistas têm se mobilizado no sentido de aprovar os projetos H.R. 459 e S 202, que visam auditar o Banco Central dos EUA, que é suspeito de ter insuflado a bolha imobiliária (dentre outras bolhas), que deu origem à crise atual que vive aquele país, através, como dito, de juros artificialmente baixos, a concessão de empréstimos para maus pagadores e a garantia de que, caso ficassem insolventes, os bancos receberiam ajuda financeira governamental.

No meu requerimento sugeri, ainda, que o fim do padrão-ouro na década de 1970 teria possibilitado aos bancos centrais do mundo inteiro imprimirem papel moeda de forma quase irrestrita, gerando déficits monstruosos e colocando em risco a segurança econômica de inúmeros países. A crise do estado de bem estar na Europa, como dito, também seria outra faceta deste problema. Salientei que essa possibilidade de autofinanciamento também estaria na origem de muitas empreitadas militares internacionais, como, por exemplo, as guerras do Iraque e do Afeganistão.

Poucos minutos após protocolizar o requerimento junto à mesa da Câmara dos Deputados, recebi centenas de mensagens por e-mail de estudantes, economistas e especialistas, inclusive do exterior, que indagavam surpresos como um congressista brasileiro poderia ter tamanha coragem de trazer ao debate no parlamento brasileiro um assunto tão importante mas ao mesmo tempo tão ignorado pela classe política nacional. Nas redes sociais, centenas e centenas de compartilhamentos e recomendações foram feitas ao meu expediente, sendo, inclusive, objeto de um artigo de um site especializado em economia, o Instituto Ludwig von Mises Brasil.

A resposta do Banco Central, encaminhada ao meu gabinete em 12 de março do corrente ano, apesar de atenciosa, não fugiu do óbvio e parece ocultar em suas entrelinhas algumas concepções que a realização do presente seminário pode ajudar a revelar.

Diante disso, pergunta-se: *a)* existe alguma semelhança entre as políticas de estímulo ao consumo adotadas pelo Brasil e aquelas adotadas pelos Estados Unidos e outros países que enfrentam a atual crise econômica? *b)* qual é a eficácia das políticas públicas



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Edmar Arruda (PSC/PR)**

voltadas para o estímulo ao consumo e suas possíveis consequências para a economia do País? *c)* que papel tem a política monetária do Banco Central no processo inflacionário e na criação de ciclos econômicos insustentáveis nos moldes do fenômeno ocorrido na crise do *subprime* nos EUA? *d)* é possível afirmar que estaríamos no limiar de uma crise dos países emergentes, tendo Brasil e China como protagonistas? *e)* como o Congresso Nacional pode se posicionar diante de tais perspectivas? *f)* seria possível o governo atuar fora do paradigma keynesiano, evitando-se, assim, o endividamento indefinido para o consumo?

Essas e outras perguntas podem ser mais bem respondidas caso esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados realize um seminário para debatê-las. Sugere-se, de antemão, a presença das maiores autoridades técnicas no assunto, a fim de subsidiar o relatório final, que poderá, inclusive, fazer parte da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle, um manual elaborado pela comissão que tem por finalidade fornecer à população informações em linguagem simples e objetiva sobre essa temática.

Por essa razão, peço a atenção especial dos nobres pares pela aprovação do presente requerimento, a fim de que possamos ter um debate democrático e técnico, que subsidie a atuação futura desta comissão.

Sala das Sessões,        em maio de 2012.

Deputado Federal **EDMAR ARRUDA** (PSC-PR)  
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle  
da Câmara dos Deputados